

Entre nós: o projeto da mátria e a língua de Teresa Moure

Maria Fernanda Garbero

RESUMO: O artigo discute as relações entre o público e o privado em dois romances da escritora galega Teresa Moure. A partir dos laços de família que são propostos nesses enredos, pretende-se ler as violências que sustentam as compreensões de *oikos* e *pólis*; espacialidades que ampliam as distinções entre o lugar de origem e o encontro com o outro. A personagem mãe é o percurso escolhido à leitura do projeto político-literário desenvolvido pela autora.

Palavras-chave: maternidade; língua; identidades; escrita de mulheres.

*“Pero cualquiera se lo dice, que me viene con eso
de que parezco la letrista de un cantante hispano-americano.
Vale, tío. Cómo decía Celso Emilio?
“La realidad existe / porque existe la palabra /
Si no sabes decir larga es la noche /
tampoco sabrás que existe el alba..”*
Pensamento de Clara, personagem de *A xeira das árbores*.

O parto sempre me pareceu algo bastante curioso. Mais que um momento único por que todos passamos, no passado, marcando um começo de vida e um inesperado e desconhecido ensaio final - futuro inscrito na aporia da morte – convenço-me de sua potência reiterativa, cíclica e, por que não, convencional. Lembro que a primeira vez que li *El entenado*, do escritor argentino Juan José Saer, a reflexão do narrador luzia como uma nova maneira de pensar a maternidade, tema presente em grande parte de minhas pesquisas, sobretudo nos estudos referentes às Madres de Plaza de Mayo, movimento argentino formado há quarenta anos pelas mães dos desaparecidos forçados durante a última ditadura cívico-militar naquele país (1976/1983).

Numa das passagens do mencionado livro, a personagem ao falar e escrever suas memórias, muitos anos depois de tê-las vivido, nos diz: “não se sabe nunca quando se nasce: o parto é uma simples convenção. Muitos morrem sem ter nascido; outros nascem apenas, outros mal, como abortados” (SAER, 1983, p.45). Entre partir e chegar, é dessa noção de parto que inicio algumas interrogações sobre uma irreduzível relação entre os sujeitos imbricados nesse nascimento atemporal, não datado, capaz de traduzir-se em mudanças e invocar laços que implicam consanguinidade, compulsoriedade e legado afetivo.

Parir, nessa perspectiva, seria um ato mútuo e não restrito ao término da gestação: a mulher nasce como mãe, pela vida daquele a quem chamará – ou não – de filho, uma vez que a palavra mãe depende de uma realização construída nessa relação, na qual ambos se reconhecem ligados pelo que consideramos uma das expressões das maternagem (BADINTER, 1980/1991). Uma criança entregue à adoção, por exemplo, precisará de um repertório bastante distinto para pensar essa presença-ausente: uma (des)conhecida que se insere nas heranças do corpo e desvela certo legado de abandono, o que será ainda mais reforçado numa sociedade que compartilha um arquivo mítico-afetivo forjado no perverso discurso do “instinto materno”. No entanto, se adotada por outra mulher e com ela aprender a dizer ‘mãe’, novamente, o parto se confirmará como uma mera convenção, como nos propõe o enteado, personagem de Saer.

Como um jogo dos contrários, os filhos, paridos por nós ou não, parem suas mães e ajudam a legitimar uma série de construções sociodiscursivas que, pelo alibi do amor inscrito nessa relação desde a infância, forma parte do percurso de compreensão da mulher sobre os espaços que lhe são permitidos ocupar.

A elaboração desses papéis também ocorrerá com a paternidade, porém, sem apagar a figura do pai nesse projeto, falarei da mãe e dos filhos/filhas da mãe. O pai entrará, afinal sua presença (efetiva à interação ou restrita à concepção) define importantes representações simbólicas socialmente compartilhadas, a começar pelo verbo, pela criação e pelos nomes que desse legado decorrerão, como a pátria e suas configurações de poder político. Será dele também o reconhecimento da prole num modelo familiar em que o privado determina o entendimento da especialidade pública, sobretudo no que concerne às perspectivas de lei e cidadania no patriarcado, modelo que há mais de seis milênios estrutura a história da humanidade (SAFFIOTI, 2010).

Escolher falar da mãe e pensar em suas representações linguísticas evocam alguns questionamentos acerca das projeções que partem da ideia de maternidade, tais como a língua e suas implicações em reconhecimentos identitários. Afinal, para toda pátria – e aqui já começa uma sucessão de complicações redutoras – há uma língua oficial, que poderá coincidir com o que se considera sobre a noção de língua materna. Apenas como suposição, se redesenhassemos essa correlação partindo de outro ponto de vista, poderíamos propor que, para toda mátria, haveria que se definir uma ou várias línguas diferentes, e com isso não redefiniríamos apenas os nomes, mas sobretudo nossa relação com o que mãe e pai encenam nesse jogo/joio da pertença.

Transgressor? Sim. Mas, em muitos casos, minimamente restitutivo, como é o que vemos acontecer na proposta literária da escritora galega Teresa Moure, sobre quem pretendo falar e, desde já, me valho de algumas licenças concedidas pelo olhar literário para pensar numa hipótese que chamo de mátria, inicialmente marcada pela escolha de uma língua em lugar de outra(s).

Nascida na Espanha franquista, provavelmente Teresa Moure nasceu “espanhola”, indo a escolas onde a língua da alfabetização era o castelhano como língua oficial espanhola, assistindo a programas televisivos e vendo todas as representações de seu lugar de origem, a Galiza, também em espanhol. Mais que uma mera repetição aqui propositalmente pensada, não é possível dissociar a violência simbólica (BOURDIEU, 1989) presente na rasura, ou melhor, no apagamento/proibição da língua galega nesse contexto. Somente em 1981, seis anos após a morte do general fascista Francisco Franco, é que será aprovado o Estatuto de Autonomia, reconhecendo o galego como língua oficial daquela região, ao lado do castelhano. Sobre isso, Xoán Lagares argumenta que:

o galego conquista algum espaço no contexto oficial autonômico, e o seu conhecimento se torna pela primeira vez na história realmente útil para a promoção social, mas em âmbitos ainda muito limitados, restritos à função pública da autonomia ou ao mundo da cultura oficial. Fora desses âmbitos, para a maior parte das funções sociais que tem a ver com o mercado de bens e de serviços, a língua de prestígio continua sendo o espanhol, sem que efetivas intervenções políticas sejam destinadas a mudar essa situação. (LAGARES, 2011, p. 103)

Com efeito, entrar num estudo sobre as narrativas de Teresa Moure partindo desse aspecto não é gratuito. Os dois romances escolhidos para este trabalho, *A xeira das árbores* (2004) e *Uma mãe tão punk* (2014), não foram publicados primeiramente em espanhol, e a versão nesta língua figurará como uma tradução da própria autora, posterior à galega. Curiosamente, o livro de 2004, em sua edição traduzida ao castelhano, em 2006 pela editora catalã Ronsel, aparece com dois nomes: na capa, *La jornada de las mujeres-árbol*. Na lombada, *Ritmos de mujeres-árbol*. Menos um equívoco editorial do que uma discordância de termos e sentidos entre jornadas e ritmos, prefiro a imagem proveniente das xeiras, à qual a noção de um trabalho que dura no tempo sem interrupção parece traduzir-se com mais

amplitude na composição de Clara, protagonista do romance, e suas relações com os trabalhos de tradutora e mãe, tarefas que se confundem ao lermos os encontros nelas traçados.

A narrativa transcorre num intervalo de 24 horas, entre o som do despertador de um dia ao do outro, compondo a sinfonia estridente de uma rotina irreduzível nesse cenário de árvore, o que Clara explica como uma metáfora das raízes, plasmada nos três filhos – todos homens – que cria sozinha. No romance de 2014, a proposta de duração diária também aparece e, assim como no de 2004, várias vezes nos contam os enredos, confirmando a perspectiva polifônica de ambos.

Se é por um entrecruzamento de vozes que temos acesso às diferenças entre as experiências narrativas das personagens, é pelo enclive de duas línguas – a da escrita primeira e a da tradução como texto decorrente – que encontramos um desejo de emancipação capaz de conectar a imagem da mulher ao lugar de legitimação da língua galega. Neste ponto, reconhecer o caráter minorizante, que sublinha tanto a condição feminina como a língua em questão, se torna indispensável para pensar nas relocalizações simbólicas que a mulher-mãe e o galego implicam, ainda mais quando potencializados pela relação com o trabalho que Clara desempenha: a tradução. Nesse cenário tensionado, traduzir significa um encontro com a língua do outro, através de um caminho que conduzirá ao exercício da alteridade, aos arranjos de sentidos que precisam ser construídos e, por que não, às vozes que se calam ou se alçam no texto traduzido.

Ao investir nessa composição narrativa em que o protagonismo é das mulheres, a despeito de um cenário com mais personagens masculinas, Teresa Moure abre espaços para a leitura de uma maternidade que se erige em meio a conflitos. Ainda que isso seja reconhecido pela narradora como um embuste, ao mencionar-se como uma “mãe impostora” (MOURE, 2004, p.37), será também a trilha empreendida para refazer suas memórias familiares em ruínas. A gestação de três filhos de pais diferentes desvela uma aposta de afeto, na qual a ausência paterna viabilizaria a reparação das violências de um pai que, mesmo no leito de morte, continua responsável pelas escolhas de Clara, bem como pelo suicídio de sua mãe.

Como Cronos, o pai dessa história “engole” a vida das mulheres ao seu redor, aniquilando-lhes a voz e o egresso de um lar que serve de metáfora à imagem da pança onde o pai de Zeus guardava os filhos. Na narrativa de Moure, esse legado também precisa ser regurgitado. Diferente dos vínculos que encontramos na *Teogonia*, de Hesíodo, as personagens de agora nos mostram o quão violentas são as leis que regem os laços travados pelo sangue, revestidos pela consagração de um afeto compulsório. O pai de Clara, como uma releitura desse poder mítico da deglutição, recupera a memória do silêncio, a lembrança acionada em agonia, desvelando um cruzamento do passado no momento da escritura e trazendo consigo um recorte da fragilidade de determinados padrões familiares ainda bastante presentes.

A tríplice maternidade da protagonista nos mostra um projeto diverso de laços de família, e a responsabilidade unilateral na criação dos filhos reivindicará novos espaços/olhares ao exercício de outras conformações de afeto. Sem avós ou parentes próximos, Clara só pode contar com algumas poucas amigas, com as quais redefinirá a perspectiva familiar investida pela vontade, e não pela consanguinidade (restrita a seus filhos entendidos como “frutos de mulheres-árvore”). Nessa nova floração parental, a hierarquia dá lugar a uma releitura da adoção. A potência da *philia* e sua correlação com o amor decorrente da escolha são sobrepostas a qualquer indicação de dever familiar. E, ao fazer do lar um cenário mais plural, serão também retraduzidas as fronteiras entre o *oikos* e a *pólis*, respectivamente, os domínios do privado e as espacialidades do público dentro da compreensão da tradição da *gens* grega.

Quanto à relação entre tais espaços e limites, uma breve digressão se torna oportuna ao diálogo entre o contemporâneo e as referências ao panorama clássico. Numa releitura do

oikos e da *pólis*, podemos perceber o caráter divergente que ambos exercem entre si, uma vez que suas leis precisam ser diferentes para que haja a preservação de suas autonomias, o que não pode justificar, na contemporaneidade, as segregações que ainda vemos (com espanto) entre as personagens que majoritariamente habitam um e governam o outro, isto é: os muros que marcam os limites das mulheres nesse trânsito. Infelizmente, há um ressurgimento em nosso contexto, sobretudo no que diz respeito à atualidade brasileira, do discurso que religa a mulher à *oikía*, isto é, à casa especificamente dentro da ampla compreensão de *oikos*, sendo retocado politicamente numa trama onde a imagem “do lar” serve de base para uma sociedade incapaz de livrar-se da rasura misógina.

Essa discussão não se afasta das narrativas ficcionais em questão. No projeto de Teresa Moure, percebemos o que Heleieth Saffioti articula sobre gênero, ao recuperar o pensamento das feministas da década de sessenta nos Estados Unidos como espinha dorsal de suas argumentações acerca da dominação dos homens sobre as mulheres: “sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: ‘o pessoal é político’.” (SAFFIOTI, 2004/2015, p. 58). Neste sentido, Moure recria e contesta o entendimento do privado, transformando-o numa heterotopia (FOUCAULT, 1984) que emerge do fazer literário.

Em *Uma mãe tão punk*, ela não só afirma uma reconfiguração dos laços familiares, como também subverte tal perspectiva na língua, a transgredir com a ideia da “casa” de que provém e suas filiações linguísticas. Se em 2004 temos a primeira escrita em galego oficial, a narrativa de 2014 aposta num projeto de reintegração, no qual a “língua mãe” não será o galego, nem o espanhol, e sim uma escolhida como viés de ruptura entre os falantes de galego e os traços castelhanistas que entraram na língua com o tempo, apartando-os dos laços com Portugal. Não sendo nem a língua de Rosalía de Castro, nem a mesma de Fernando Pessoa, será a de um grupo que, por escolha, acredita na potência política de uma ortografia que os torne efetivamente independentes dos apetrechos folclóricos trazidos a reboque pela empresa espanholista. Não mais apenas imaginada, essa comunidade se concretiza ao questionar o cenário homogeneizante imposto pelo castelhano e o espaço destinado à ortografia oficial da língua galega. Nessa perspectiva, é impossível não questionar a (in)sustentabilidade das noções de língua(s) materna(s) e pátria, duas categorias complicadíssimas em debate neste projeto de literatura e fazer político.

Entretanto, antes de pensar propriamente nessas implicações, vale lembrar de um texto de Moure, publicado no jornal digital galego *Praza Pública*, em 02 junho de 2013. Intitulado “Sobre encruzilhadas, normas ortográficas e independência”, o artigo transita entre a carta aberta, o desabafo e o manifesto, ao traçar um panorama atual dos conflitos que envolvem as questões da língua e seus espaços de ressonância e reconhecimentos de identidades e autonomia:

A encruzilhada natural que nos obriga a decidir entre galego-português e galego-castelhano resolve-se ao lhe darmos uma leitura em termos políticos: o galego-português nega-se, não seja que nos declaremos independentes; não seja que sonhemos com sermos algo distinto do galeguinho torpe e parvalhão. *A valentia de tantas assinaturas da língua galega, de mulheres e homens que escrevem fora das subvenções, fora das grandes editoriais, fora do establishment da cultura, fora do que ouviram de crianças, fora de toda convenção, a valentia, digo, não pode ficar pairando no ar.* (MOURE, 2013, [grifo nosso]).

Mais adiante, ao simbolicamente posicionar-se na encruzilhada “escrevo isto desde a encruzilhada, no momento anterior de empreender o caminho”, Moure se endereça não a um lugar hifenado por trânsitos de poderes, mas ao espaço que pode ser preenchido por significados mais decisivos para o desejo de independência, ora ampliada pela heterotopia. A

encruzilhada, como exemplo de “não-lugar” (AUGÉ, 2002), se abre ao mesmo tempo como uma imagem de impasse e escolha, onde o entroncamento de vários caminhos implica a seleção de uma via em detrimento das outras. Logo, o percurso abrigará agentes distintos, ao que ela antecipa com a declaração: “não me hão acompanhar os grandes poderes; haverá que afrontar as críticas maldizentes de quem goza ao conhecer que alguém se bota deliberadamente nas margens. Haverá que lembrar Diógenes” (MOURE, 2013).

Galego oficial, castelhano e português na “encruza” com galego à portuguesa. Nem lisboeta, nem demarcado por uma ortografia de base espanhola. Há que se criar um lugar para reconhecer uma grafia de alteridade, ainda deslegitimada pela pecha da bastardia, cujas paternidades camoniana e cervantina entram com fervor nesse arquivo imaginário coletivo. Como parte constitutiva disso, é da imagem da mulher-mãe que surge a redefinição de Moure acerca da bastardia:

E entendi-me bem, como tantos excessos argumentais se cometeram, dum lado e do outro da encruzilhada, a escolha neste tempo não é já mais um problema de restaurar a ortografia de direito em lugar de uma bastarda. Não tal. As mulheres sabemos bem que as filhas bastardas são tão filhas como as outras: só um sistema de crenças baseado em valores burgueses e patriarcais poderia fazer essa diferença entre o legítimo e o ilegítimo. (MOURE, 2013)

E, para isso, nada mais potente do que a elaboração de uma personagem que se isola do convívio social para viver na imundice. Ei-la: Sara, a mãe tão *punk!* Melhor dizendo: a juíza que rompe com os valores burgueses para escandalizar o público com seu mau cheiro e sua lucidez às avessas, somente justificada por uma comparação ao caminho de Diógenes, o filósofo grego do século IV a.C que teria encontrado na miséria os autênticos valores da virtude. Propositivamente, ao mencionar o filósofo-mendigo em seu artigo para o jornal eletrônico, Moure compartilha seu lugar à margem dessa sociedade à que ela se refere como burguesa e patriarcal, onde Diógenes busca um homem honesto incessantemente com sua lamparina, e Sara escandaliza a todos com seu abandono. Como uma “terceira margem”, o espaço da língua “nasce” de uma escrita de futuro revisionista, ao criticar o presente silenciado e o passado traduzido pelas violências do poder normatizador. Neste sentido, a língua anterior/oficial à da escolha/política forma parte de um sistema simbólico que também se inscreverá como passado, confirmando-se como um elemento de revisão fundamental ao entendimento do que Bourdieu propõe acerca da legitimação da dominação:

os sistemas simbólicos cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que cumprem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo, assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.” (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Mas como falar e ser ouvido quando se dissocia da língua oficial e se desloca rumo à margem imaginária? Para isso, a ruptura é um imperativo que, ao não conjugar o discurso totalizante, emerge de formas alternativas de combate, e a literatura, penso, talvez seja o melhor lugar para (re)escrever uma realidade diferente e mais poética.

A língua vogante: cenas de um projeto

As referências a uma necessidade de cisão com os padrões burgueses e patriarcais trazem um interessante mote para o questionamento já anunciado neste trabalho, a respeito da totalização e das violências simbólicas que costuram o termo “pátria”. Falar disso em relação à Espanha parece ainda mais pertinente, uma vez que o país conta com cinco línguas oficiais (euskara, catalão, galego, aranês e castelhano) e outras tantas “modalidades linguísticas”,

como é o caso do aragonês, por exemplo. Violenta, como toda perspectiva homogeneizadora, a noção de pátria espanhola abarca um compilado de lugares comuns que qualquer criança, aprendiz de espanhol como língua estrangeira nos cursos privados de idioma, conseguiria reconhecer: a tourada, a *paella*, a castanhola, o flamenco e um pasteurizado de sotaque madrilhenho, bem como os nomes de Julio Iglesias, Alejandro Sanz e, no passado, o folclórico Gipsy Kings (que, aliás, surgiram na França e não na Andaluzia, como muitos chegaram a pensar), são vendidos ao mundo como retrato de um país que, não tão distante da realidade dos países latino-americanos, converge muito mais diferenças que similitudes entre suas regiões. Com relação a esse quadro de múltiplas compreensões culturais, um diálogo com o que Hugo Achugar propõe sobre tal redução torna-se bastante apropriado para pensar na questão das regiões da Espanha, ora mais próxima da América que dos outros países da Europa:

A América Latina é um dos campos de batalha onde os diferentes sujeitos combatem pela construção de seu projeto em função de suas memórias particulares. (...) Sendo assim, tanto a avaliação dos diferentes passados como a proposta dos diferentes futuros e o posicionamento em relação ao poder determinam o tipo ou os tipos de América Latina que permitem construir os respectivos “nós” – inclusivos e excludentes – a partir do que se fala. (ACHUGAR, 2006, p.57)

Quando abordamos a Galiza dentro desse cenário de múltiplas dimensões culturais, algumas distâncias ainda se inscrevem com mais força, pois a distinção que há entre ela e as outras regiões escreve-se com imagens que reforçam os estereótipos dos homens e das mulheres galegos(as) como atrasados culturalmente, arraigados a costumes e a práticas ultrapassadas e, nessa esteira das desqualificações, mais pobres em relação ao restante da “pátria espanhola”, nas palavras da autora em seu texto no *Praza*, e caudatária das “benesses” da União Europeia. Ainda com Achugar, vemos como parte desse processo que “a qualificação do deslocado, ou do lugar de desprezo e do não-valor, é produzida por outros e não pelo sujeito da enunciação mesmo que ele termine por assumi-la, com ou sem orgulho, de forma submissa ou insubmissa” (ACHUGAR, 2006, p. 14).

Como nos lembra o ditado africano presente no texto de Achugar, “até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão a glorificar o caçador”, talvez sejam por caminhos como as narrativas de Moure que poderemos nos encontrar com uma figura como Diógenes, que prefere a margem e se reconhece mais no leão abatido do que no caçador prepotente. Entretanto, o leão não cabe na conformação discursiva sobre a pátria. Ele e todos que com ele foram abatidos serão devorados. Sendo pessoas, serão bastardas: o filho/filha incômodo(a) que deflagra a fenda nessa instituição familiar à qual a prole é um espelho do hedonismo burguês (BADINTER, 1980), sempre precisando ser escondido, silenciado e transformado em ninguém. Nessa lógica, se o pai lhe nega o reconhecimento, inevitavelmente, a despeito de quaisquer propostas de abandono, a mãe sabe que o pariu. Acolher e criar serão, mais uma vez, decorrentes de uma relação que se conjugará mais pela possibilidade afetiva do que pelo dever. E, nesse jogo, nada se traduzirá por instinto.

Ainda que a palavra matéria não apareça nos textos de Moure, creio ser oportuna a hipótese de transgressão que dela provém, quando somada ao protagonismo das mulheres em suas narrativas, escritas na língua adotada pela autora e por aqueles com quem divide esse projeto e o rugido do leão. Não me parece pouco pensar que isso apareça quando coincidem nessa voz o galego-português e a boca/mão de uma mulher. Mais uma vez pensando em Achugar e sua proposta de voz latino-americana, o “balbucio” pode nos servir mais que o discurso legitimador do outro – o outro caçador – sobre nós. Dessa maneira, para subverter as violências constitutivas de certa mitologia narrativa da pátria, as apostas na inversão/revisão desses valores, junto à imagem de uma nova escrita com outros códigos e vozes que deles

ecoam, se revelam como fomento de uma memória restitutiva. Numa referência rápida a Shakespeare, é como se ouvíssemos o grito de Calibã em *A Tempestade*.

A língua, assim, se ressignifica como metáfora de uma escritura-parto, em que a adoção de uma ortografia alternativa à oficial sugere um movimento de independência aos padrões, à lei e à imagem do pai. Essa figura não somente perderá espaço simbólico de poder, como ganhará uma representação ausente, apagada e sempre violenta. É Cronos no Tártaro. Com exceção dos filhos, os homens-pais são dispensados da importância depositada numa comunidade ficcional onde as mulheres, contudo, não criam nem recriam qualquer desejo de matriarcado; isso não as apartaria das violências do *oikos* e dos limites da *oikía*, ambiente doméstico que só pode lhes causar, como acontece com Clara, uma “dermatite de dona de casa”. Fugir disso também implica incendiar essa casa, como Sara, a juíza mendiga, a mãe *punk*, a suicida que dá fim à vida muito antes de queimar-se em meio a seu amontoado de lixo.

Dentro dessas espacialidades que se convergem nos laços familiares, em *Uma mãe tão punk*, caberá à nora a tarefa de limpar a casa incendiada por Sara e dispor, aos sobreviventes dessa família, os detritos responsáveis pelo “exílio” da protagonista em seu lar-lixão. Mais uma vez, é pela voz de uma mulher que teremos acesso às memórias que tecem a violenta cena familiar e responsabilizam por esse fracasso Pedro, o filho mais velho de Sara e esposo de Helena. Ele e seu silêncio que remetem à asfixia do contexto social em que se instalam todas as personagens. Sobre a filha mais nova, Alba, o encontro com uma perspectiva de afeto presente também na composição de Clara, de *A xeira*, se revela num jogo de desejos que não coaduna uma proposta dependente de companheirismo via figura masculina. As mulheres, em ambas as narrativas, se erguem na “sororidade”, palavra que diverge da dicionarizada “fraternidade” para reivindicar a irmandade, emergindo como uma rubrica político-revisionista ao nosso histórico problema de gênero.

Independentes: mulheres, língua e escritura redefinem uma espacialidade que, à margem, inicia sua arquitetura. É da potencialidade de recomeço que o passado se confirma como um quadro de contínuas anulações, o qual precisa ser revisto e reescrito com outro código e, claro, outras vozes. Com essa voz, um projeto imaginado também ecoa e, retomando o que Achugar propõe sobre o discurso intelectual latino-americano (pungente na legitimação às avessas, sendo mais sonoro no balbucio que no intento repetidor da língua hegemônica, no caso a que se refere, o inglês), não me parece despropositada a relação entre este estágio como metáfora de emancipação e sua perspectiva para Roman Jakobson, no que diz respeito ao que o teórico russo considerou acerca do “ápice do balbucio”.

De acordo com as hipóteses de Jakobson, durante essa fase, a criança é capaz de produzir – e não reproduzir – quaisquer sons contidos nas línguas faladas. É com a aquisição de uma língua única, nativa, que ocorreria uma espécie de atrofia parcial, perdendo sua capacidade fônica livre e irrestrita para ingressar numa determinada norma. Assim, como decorrência de uma maior e mais elaborada linguagem, o bebê ao ter contato com a língua que se comunicará com sua comunidade falante, a começar pela casa, a *oikía*, experiencia a primeira limitação que, concomitantemente, o integra à *pólis* e o afasta de seu outro estrangeiro. Do mar de possibilidades por que vogava em seu balbucio, a necessidade de uma fala compreensível atraca o sujeito também a uma conformação identitária. Sobre isso, Heller-Roazen argumenta que:

talvez a perda de um arsenal fonético ilimitado seja o preço que a criança deva pagar para obter os documentos que concedem cidadania na comunidade de uma língua específica. As línguas dos adultos retêm alguma coisa do balbucio infinitamente variado do qual emergiram? Se for esse o caso, seria apenas um eco, pois, onde há línguas, a emissão desordenada do bebê já há muito desapareceu, ao menos na forma que uma vez possuía na boca do infante que ainda não podia falar. Seria apenas um eco de uma outra

fala e de algo outro que a fala: uma ecolalia, que guardasse a memória do balbucio indistinto e imemorial que, ao ser perdido, permitiria a todas as línguas existirem. (HELLER-ROAZEN, 2010, p.9)

Ecoss de outra fala, o português que dá forma ao projeto político-literário de Moure, ao se instalar numa terminologia hifenada (galego-português), historicamente mais coerente do que a grafia espanholizada (o galego oficial), engendra um desejo de ruptura que se gesta nos textos e nas falas dos reintegracionistas, como são reconhecidos os falantes que adotam essa identidade de enfrentamento à tradição imposta. Como uma língua palimpséstica, o português define novas cartografias para essa escrita navegante, na qual a memória é como um mar onde se inter cruzam as possibilidades rumo à reparação e ao porvir.

Um porto: breve conclusão

Falar de língua, “atracada” há tempos na literatura, é andar por um espaço de conforto e incômodo. Talvez mais o primeiro que o segundo, pela possibilidade de pensar em questões que me autorizam o ingresso com aquele olhar do viajante que transita ansioso por novas paisagens, disposto a conhecer as diferenças que compõem tal/tais espaço(s). Do incômodo, não perco de vista certo receio de me apropriar indevidamente de conceitos que a literatura e, sobretudo a ficção, me despiram de tanto rigor. Entrei e, ainda distante de dar isso como concluído, (en)saio.

Ao tomar contato com as obras de Teresa Moure, escritora bastante reconhecida no cenário das letras galegas, o que mais me chamou a atenção para a crítica foi a conformação da personagem mãe. As leituras que essas mulheres construíam ao questionar a maternidade e o que socialmente convencionou-se chamar de “entrega materna” se transformaram, para mim, em importantes debates sobre esse corpo e sua relação com a ideia de disputa. Entre conflitos, mães e filhos desconstruíam padrões familiares para escreverem histórias afetivas mais livres e menos violentas, com códigos viáveis à reescritura das noções de língua e laços. Em 2013, com a entrevista no *Praza*, ao meu desejo de compreender essas expressões de maternidade somou-se a tentativa de ler – pela literatura e seus aportes teóricos – essa despedida de certo lugar de conforto para situar-se, voluntariamente, na margem do confronto, que também implica adotar e ser adotada por um novo público disposto a cruzar mares em descobrimento.

Da encruzilhada ao trajeto por um caminho incerto, eu, brasileira, me encontro com uma escritura que coaduna as melhores potências da provocação e do desconcerto, como pistas de uma escrita que desvela a memória do leão abatido, ou melhor: do galego e da galega que, logo ao balbucio, ouviram imposições de língua e identidade que não respondem há tempos aos desejos de cidadania dos reintegracionistas.

Por agora, apenas concluo que, se Fernando Pessoa nos dizia “minha pátria é língua portuguesa”, e Caetano Veloso nos cantava que “a língua é minha pátria, e eu não tenho pátria, tenho mátria, e quero frátria”, Teresa Moure nos realoca nesse barco: não pertencemos a um sistema de pátria porque falamos sua língua oficial, entretanto, é possível ter uma língua de pertencimento; redefinirmos com ela nosso lugar nesses espaços e, sobretudo, falar com voz. Mais mátria ou mesmo “sororátria”, em virtude do protagonismo que as mulheres representam nesse projeto de revisão, o que encontramos em sua narrativa recente é um desejo de acolhimento ao que fora silenciado, ningueniado. Com efeito, uma ortografia de ruptura – ou reintegração – é o caminho da encruzilhada por ela escolhido para falar, resgatar e renascer as histórias de sua xente / gente.

Among US: the project of motherland and language by Teresa Moure

ABSTRACT: The article discusses the relationship between the public and private sectors in two novels by the Galician writer Teresa Moure. From the family ties that are proposed in those plots, it is aimed to comprehend the violence that sustain the understanding of the Greek concepts *oikos* and *pólis*; spatiality that extend the distinctions between the place of origin and the encounter with the other. The mother character is the route chosen to read the political-literary project developed by the author.

Keywords: maternity; language; identities; writing women.

Referências

- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca*. Escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papius, 1994.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1991
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- FOUCAULT, Michel. “Outros espaços”. In: *Ditos & escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Manoel Barros da Motta. São Paulo: Forense, 2006. P.412-422.
- HELLER-ROAZEN, Daniel. *Ecolalias*. Sobre o esquecimento das línguas. Tradução de Fabio Akcelrud Durão. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MOURE, Teresa. *La jornada de las mujeres-árbol*. Tradução de Teresa Moure. Barcelona: Ronsel, 2006.
- _____. *Uma mãe tão punk*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.nado
- SAER, Juan José. *El entenado*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Gulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, 2010.

Artigos de periódicos

LAGARES, Xoán Carlos. “O Galego em seu labirinto: uma breve análise glotopolítica”. In: *Revista Letras* n.42, p. 97-128. Junho de 2011.

Documentos eletrônicos

MOURE, Teresa. “Sobre encruzilhadas, normas ortográficas e independência.” In: Xornal Dixital Praza Pública, 02/06/2013. Acessado em 25/04/2016. Disponível em <http://praza.gal/opinion/981/sobre-encruzilhadas-normas-ortograficas-e-independencia/>

Enviado em: 31 de maio de 2016